



Protocolo

REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 14

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 1968

ATA DA 16ª SESSÃO, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1968

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Alvaro Maia
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel
Duarte Filho
José Ermírio
José Leite
Aloysio de Carvalho
Carlos Lândemberg
Nogueira da Gama
Fernando Corrêa
Mello Braga
Celso Ramos
Atílio Fontana
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação da aprovação de nome escolhido para cargo cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado:

Nº 48-68 — (nº de origem 53) — de 2 do mês em curso — com referência à escolha do Diplomata Marcos Antônio de Salvo Coimbra para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Romênia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação. (Pausa)

Esta Presidência comunica que recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações: nº 1.160, de 1967, do Senhor Senador Vasconcellos Torres, enviada pelo Ministério das Minas e Energia (Aviso nº GM-45 de 1968); e nº 1.094, de 1967, do Senhor Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério Extraordinário para Assun-

SENADO FEDERAL

tos do Gabinete Civil (Aviso número 100-SAP-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTILIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejamos, nesta oportunidade, focalizar problema que nos parece da maior relevância e que preocupa todos os homens do Governo e de responsabilidade quanto ao destino de nosso País: o problema do homem da zona rural e da nossa agricultura.

Em outubro do ano passado pronunciamos nesta tribuna, discurso analisando a aplicação do Imposto de Renda através dos benefícios fiscais no Norte e no Nordeste. Em consequência da divulgação desse discurso, nem sempre bem interpretado, o Senhor Governador Luís Viana Filho, da Bahia, e o Governador do Estado de Pernambuco nos encaminharam um convite para que visitássemos aqueles dois Estados a fim de verificar a aplicação dos benefícios fiscais do Imposto de Renda.

Respondemos, então, que aceitávamos, com prazer, o honroso convite mas desejávamos, principalmente, conhecer o que se estava fazendo no setor agropecuário o qual, no nosso entender, é da maior importância na vida do nosso país, especialmente no Nordeste.

Chegando a Salvador, encontramos um programa previamente organizado; preliminarmente visitamos o setor industrial de Aratu, onde, em companhia do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, pudemos verificar que um trabalho otimamente planejado está sendo desenvolvido, já estando em funcionamento algumas indústrias. Muitas outras estão em fase de construção e de instalação. Ficamos sabendo, também, da existência de grande número de projetos autorizados para construção de novas indústrias.

Em seguida, estivemos com o Senhor Secretário da Agricultura, quando então fomos visitar uma fazenda no Interior, a aproximadamente 120 quilômetros de Salvador, a Fazenda Opalina da Odeas de Palmas S. A. Agroindustrial, cujo maior acionista é a Companhia Siderúrgica Nacional. Essa fazenda cultiva a palmeira dendê, e verificamos que nesse setor está sendo feito um trabalho.

Foram importadas sementes híbridas de palmeiras da África, cujo rendimento é cinco vezes superior ao das

palmeiras primitivas da região.

Ouvimos do dirigente da Fazenda Opalina que não há expansão do plantio de palmeiras nas áreas circunvizinhas, por falta de financiamento. Mantém excelente trabalho no setor genética e no de produção de mudas de palmeiras.

Mas, infelizmente, aqueles proprietários de terra das vizinhanças não podem comprar, por falta de recursos financeiros.

A seguir, visitamos outra fazenda — "Olho d'Água", de propriedade do Senhor D. Vicente Porciúncula, situada no Recôncavo Baiano, de cultivo de cacau branco; também uma fazenda bem organizada, como a Opalina, com terras de cultura chamadas macapê, tidas como das melhores para agricultura.

Depois da cidade de Salvador, rumamos para Recife, onde encontramos o governador Nilo Cavêlo, com quem estivemos conversando, trocando idéias. Visitamos, em companhia do Secretário de Indústria e Comércio, a zona industrial de Recife, e constatamos que grande número de indústrias instaladas, e outras sendo instaladas, estão organizando magnífico parque industrial.

Após, em companhia do Deputado Heráclio Rêgo, visitamos a região do Interior, inclusive a região chamada agreste, a cento e poucos quilômetros de Recife.

Visitamos, então um engenho de açúcar moderno e passamos por muitos canaviais. Essa indústria de açúcar, do Sr. Paulo Petribi é uma organização que nos parece consultar os interesses do trabalhador do campo, porque o proprietário distribui as terras em glebas a arrendatários, cultivam a cana e a vendem ao engenho.

Pude conversar com os lavradores daquela zona e constatei que estavam satisfeitos. Depois seguimos até Limoeiro, visitando uma Cooperativa bastante bem organizada. Pudemos reunir uns vinte e poucos cooperados. Também conversamos com o Presidente da Cooperativa, que nos fez sentir as dificuldades que está encontrando.

Os cooperados da Cooperativa se dedicam principalmente ao cultivo do algodão, milho e feijão, segundo nos declarou o Presidente da Cooperativa, mas mostram certo pessimismo com o esgotamento das terras e a impossibilidade de cultivá-las com adubo, devido ao baixo preço do produto e ao alto custo do adubo.

Posteriormente, visitei os três Estados do sul — Rio Grande, Santa Ca-

tarina e Paraná. Pude verificar, Senhor Presidente, Srs. Senadores, o empobrecimento dos lavradores daquela região, devido ao esgotamento de suas terras e à impossibilidade de usar adubo, devido aos altos preços deste a ao baixo preço do produto oriundo da lavoura.

Em resumo: no Nordeste, enquanto se desenvolve o parque industrial, não se verifica desenvolvimento paralelo no setor da agricultura.

Os lavradores do Interior estão atentos ao desenvolvimento da indústria. E muitos deles abandonam a sua gleba e vão para os centros urbanos com o escopo de conseguir emprego na indústria, dada a situação da vida no interior, de pobreza, de miserabilidade.

Os Srs. Governadores já estão se dando conta disso. Tanto que o próprio Sr. Luiz Vianna Filho, Governador da Bahia, manifestou a sua preocupação com a vinda dos lavradores do interior para engrossarem as fileiras dos que procuram trabalho nos centros urbanos numa tentativa de viver melhor.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ATTILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. José Ermírio — V. Exª está citando Pernambuco. Quero dizer ao Senado que 75% da população está na Zona da Mata, justamente a zona onde se planta cana e onde há grande quantidade de chuvas. Dez por cento da população está no sertão de 15%, no agreste. V. Exª esteve em Limoeiro, que se compreende no agreste. São regiões boas, mas de pouca água. Ou algumas, como o fez o México que, através de um só projeto irrigará 2.500.000 hectares, ou não teremos condições de lutar pelo desenvolvimento do Nordeste. Onde falta água, falta tudo. Os recursos hidráulicos da Região Nordeste da República do México têm as suas orientações já estabelecidas na captação de águas alojadas na Sierra Madre, encabeçadas pelo Rio Sonolita ao Sul e terminando no Rio Ameca. O desenvolvimento industrial na Região da Zona da Mata deve-se ao fato de aí chover muito, mas não temos como reter essa água. No México, o escoamento médio anual corresponde a 8,1% do recursos hidráulicos, mas esses 8,1% vão irrigar 25 milhões de hectares. Por isso é que se tornam num empreendimento rentável. O Brasil devia fazer o mesmo. No meu discurso de quarta-feira passada, citei que o Brasil dos US\$ 490 milhões de dólares tomados de empréstimos apenas destinou 7,1% para a agricultura e pecuária. O restante foi empregado noutros setores, inclusive eletricidade. O que falta no

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Nordeste é água, e sem água nada se produz. Querida alergia V. Ex.^a sobre isso — que a grande dificuldade do Nordeste é a falta d'água.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito obrigado, nobre Senador José Ermírio. O depoimento de V. Ex.^a deve ser considerado. Realmente, o grande problema do Nordeste, na zona do sertão é a falta de chuva. Na zona do agreste, porém, segundo fui informado, chove 4 a 5 meses por ano, regularmente. Tanto é verdade, que a safra de algodão deste ano é bastante volumosa. Foi o que pudemos verificar.

O Sr. José Ermírio — O algodão não depende da chuva, é uma lavoura que não requer muita água, e exagero d'água até prejudica a safra. Mas sem água, quer no agreste, quer no sertão, não haverá produção.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, nessa incursões um tanto limitadas, que fizemos no interior daqueles dois importantes Estados, não nos deparamos com lavouras de produtos alimentícios, sob esse aspecto, praticamente, nada. Vemos grandes plantações de cana, boa plantação de algodão, e como dissemos, inclusive zonas de palmeiras de dendê, cacau, etc. A nosso ver, se faz preciso produzir em maior escala gêneros alimentícios já que está se desenvolvendo um parque industrial bastante grande. Do contrário, continuaremos ouvindo que o Nordeste de nosso país, embora se tenha industrializado, luta com sérias dificuldades para alimentar o povo da região e, principalmente, das grandes centros urbanos para onde converge, cada vez mais, um número maior de trabalhadores, na indústria.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Exa. me permite um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Exa. na visita que fez à Bahia, por honroso convite do Governador Luis Viana, ficou apenas na área do recém-cavado, segundo colhi da exposição feita no início de seu discurso.

Quero lhe dar uns dados interessantes da última estatística populacional, publicada pelo I.B.G.E. A Bahia é um dos Estados que está, em população, em terceiro lugar no Brasil, com mais de 7 milhões de habitantes. Enquanto isso, a capital, Salvador, desceu para o 6º lugar. Salvador ainda não chegou a 1 milhão de habitantes. Isto quer dizer, em dados numéricos, que a população da Bahia está se concentrando no interior, está permanecendo no interior, está saindo menos do que há vinte anos saía. De modo que, as perspectivas da Bahia, em relação à produção, à lavoura, à criação são realmente muito boas.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Realmente, nobre Senador, constatamos que a Bahia tem um dos grandes rebanhos bovinos, notadamente, no Sul do Estado. A nossa excursão, na verdade foi muito rápida, mas, mesmo assim não estivemos apenas no recém-cavado balano. Visitamos outra região onde encontramos a fazenda de dendêzais, que fica no planalto, a 120 quilômetros de Salvador, segundo nos informaram.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não é preciso dizer a V. Ex.^a que pode voltar à Bahia quantas vezes queira.

O Sr. Attílio Fontana — Muito obrigado a V. Ex.^a. Aproveito a ocasião para agradecer ao Governador Luiz Viana Filho a oportunidade que nos deu de conhecer alguma coisa não apenas da Capital daquele grande Estado da Federação, mas também um pouco do interior.

Mas, voltando ao nosso roteiro. Em Pernambuco, em Recife, visitamos a sede da SUDENE. Tivemos a honra

de conversar com o General Superintendente deste órgão, que nos declarou já estar pronto um trabalho de irrigação no Vale do São Francisco, no Estado da Bahia e que dentro em breve estaria funcionando e — não me recordei quanto — vários milhares de hectares de terra poderão ser irrigados convenientemente, segundo planejamentos feitos por técnicos de alta capacidade brasileiros e estrangeiros. Este plano entrará brevemente em funcionamento, e dará aquela Região, sem dúvida um impulso, à agricultura do Vale do São Francisco.

Visitamos, também, a indústria de fertilizantes, a Fosforita de Olinda. Constatamos que aquela indústria está produzindo muito pouco, enfrentando sérias dificuldades. Foi-nos declarado, pelos seus Diretores, que uma série de problemas fazem com que a produção seja reduzida.

O transporte daquela, matéria-prima bem como o produto industrializado é muito dispendioso.

Distanciado do porto de Recife o transporte é feito de modo rudimentar, de caminhão, o que encarece o produto, afastando-o, em consequência, da competição com produtos importados.

É um assunto que deveria ser tratado com todo carinho. Temos experiência com a aplicação em tempos passados em Santa Catarina de fertilizantes da Fosforita de Olinda com ótimos resultados.

De sorte que é indispensável encontrar o Governo a solução para o aumento da produção de forma econômica, para que possamos os seus preços competir com os preços do produto importado. Este é um dos grandes problemas que o Brasil enfrenta e que precisa ser solucionado.

O alto custo do fertilizante não permite a sua aplicação, em maior escala, em certas zonas rurais do sul onde suas terras se acham esgotadas, enfraquecidas, resultando num verdadeiro abandono de seus lavradores.

Filho de lavrador, nasci numa região do município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde há cinquenta anos passados existiam 10 agricultores, hoje não existe mais que um, e esse um vive mais nobremente do que viviam aqueles de 50 anos passados.

São, positivamente, problemas que precisam ser equacionados e levados em alta conta, porque as nossas terras virgens, próprias para a agricultura, estão se apoucando, já em quantidade muito reduzida. Enquanto tivermos terra virgem, humus acumulado através dos séculos, podemos contar com certa produção agropecuária para alimentar os 80 ou 90 milhões de habitantes.

Mas, à medida que essas terras se vão esgotando e se não levamos os recursos indispensáveis aos nossos lavradores, estaremos sujeitos a engrossar as fileiras daqueles que passam fome. Segundo ainda publicação recente da FAO, morrem mensalmente, no mundo, aproximadamente 300.000 seres humanos por falta de alimentação. Nós temos que nos cuidar,

pois este grande país poderá produzir não para 100 milhões de habitantes e sim para muitos mais. E' questão de encontrar solução para os seus problemas. Tenho aqui ainda, e recentemente o nobre Senador José Ermírio a ele fez menção, no seu discurso da semana passada, artigo sobre a agricultura na América Latina. O Sr. Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, declarou, entre outras considerações, que:

"No setor agrícola, que representa atualmente cerca de 45% da população regional, existe necessidade urgente de elevar os níveis de produtividade com mudanças básicas nas estruturas agrárias. Necessária-se uma maior produção agrícola, não só para melhorar os níveis de vida de grandes setores da população que vivem a níveis de subsistência, como também para fornecer alimentos e fibras a um continente que se está urbanizando rapidamente, e para obter maiores níveis de poupança nacional e de inversão.

As baixas rendas que prevalecem no setor rural explicam o fenômeno considerável e irreversível da migração aos setores urbanos em busca de melhores oportunidades. Esta migração, por sua vez, agrava os problemas econômicos e sociais das cidades".

Portanto, o Presidente do Banco Interamericano do Desenvolvimento está bem ao par do que se está passando na América Latina, e, consequentemente, no Brasil.

Este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é um dos problemas que mais nos preocupam. Não teremos tranquilidade, desenvolvimento, progresso e paz enquanto deixarmos regiões outrora produtivas, hoje, praticamente na miséria, abandonadas. E' o que se verifica não apenas no Nordeste mas também no sul do país, que foi o grande celeiro e que, hoje em dia, vemos grandes extensões que pouco produzem.

E' preciso tomarmos providências para evitar que a situação se agrave.

Não haverá paz — repito — onde falta alimentação para o povo.

Finalizando, Sr. Presidente, esperamos que o Governo do eminente Marechal Costa e Silva volte a sua atenção e o seu pensamento para esse problema no sentido de equacioná-lo, de solucioná-lo.

S. Exa. tem reiteradamente manifestado a sua preocupação, o seu desejo de desenvolver a agropecuária. Tem como lema fomentar a industrialização integrada na agropecuária. Que sejam tomadas certas providências, como a dos fertilizantes — citada por mim antes — que eu reputo das mais importantes, a um preço justo para o produto do lavrador, a do financiamento ao pequeno agricultor, escolas agrícolas e assistência técnica aos lavradores.

Por experiência própria, sabemos que para cada problema há uma solução. Encontramos, pois, a solução,

para que possamos encaminhar o problema de maneira que possa tranquilizar aqueles que lutam no interior e também aqueles que vivem nos centros urbanos, porque somente assim poderemos ingressar numa fase de maior desenvolvimento.

O Sr. José Ermírio — Permite-se V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. trouxe à luz uma informação preciosa: quanto aos produtos agrícolas, quando há excesso, a solução é exportar. Os Estados de São Paulo e Paraná estão com sobras muito grandes de milho. Assim, para exportá-las, é preciso não cobrar o ICM. Como é que alguém vai produzir em grande quantidade para, depois, exportar como matéria-prima? A solução, Senador Fontana, é industrializar os produtos agropecuários no Brasil. Só assim esta Nação poderá salvar o seu patrimônio.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — E' um problema que realmente merece ser estudado e debatido. Devemos exportar milho, principalmente para países europeus, como a Itália e a Espanha, que, segundo os jornais, são os maiores consumidores desse produto importado. Mas enquanto lá, com um quilo de milho se compram dois de adubo, aqui, precisamos de dois quilos de milho para comprar um de adubo.

Como o nosso lavrador pode utilizar adubo e vender o milho para poder competir ou igualar o preço daqueles países? — E' um problema que deve ser estudado.

Mas, nobre Senador José Ermírio, outro ponto sobre o qual nos temos manifestado contrariamente: é que não conseguimos consumir no país maior quantidade de milho e de outras forragens devido, justamente, à política praticada pelo Governo relativamente ao preço da carne bovina, que, consequentemente, não permite o desenvolvimento, em maior escala, da avicultura, da suinocultura, enfim, de animais de pequeno porte.

O resultado de tal política é que, não podendo desenvolver, realmente, em maior escala aquele setor, continuaremos a ter o problema de exportar a forragem.

Melhor seria que o Governo fomentasse um mercado de exportação de carne bovina permitindo, dessa maneira, o consumo em larga escala de forragens, inclusive o milho, e propiciando, igualmente, o desenvolvimento da pecuária de pequeno porte, principalmente da avicultura, que poderá vir a ser, como já ocorre nos países adiantados, de largo consumo popular.

Da maneira como está sendo conduzido o problema, continuaremos a incidir em erro: a SUNAB, com a política atualmente praticada, está criando problemas sérios, que repercutem, inclusive, sobre os excedentes de milho, que não temos condições de exportar.

Finalizo, Sr. Presidente e Senhores Senadores, esperando que essas palavras tenham a ressonância indispensável e cheguem ao conhecimento das autoridades governamentais, a fim de que sejam tomadas as providências compatíveis.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem — Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O segundo orador inscrito é o nobre Senador Josaphat Marinho, a quem dou a palavra. (Pausa).

Sua Excelência não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa).

Sua Excelência não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Milton Trindade.

O SR. MILTON TRINDADE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, peço licença para solicitar aos nobres colegas alguns minutos da sua preciosa atenção para um assunto que, interessando aparentemente apenas ao Estado que tenho a honra de representar nesta ilustre Casa, tem, contudo, os seus reflexos em todo o país, pela inegável integração do meu Estado ao ritmo de progresso e desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

Inteiramente avesso ao sentido laudatório de alguns pronunciamentos, regressando, entretanto de Belém, fugiria a um dever de consciência e de ética parlamentar se, contando com a benevolência dos meus ilustres pares, não deixasse consignado nos anais desta Casa o meu entusiasmo pelo que ocorre no Pará, quando se comemora o segundo aniversário da administração do Governador Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, herdeiro das responsabilidades do primeiro Governador revolucionário do Pará, eficientemente exercido pelo eminente Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, ora convocado por S. Exa. o Sr. Presidente da República para difícil missão no Ministério do Trabalho.

Quando a classe empresarial se reúne em torno de um dirigente estadual, para homenageá-lo e quando essa homenagem é traduzida pelos depoimentos mais expressivos de todos os empresários, é porque existe um elo indiscutível de ação pública, beneficiando todos os setores de atividade, visando aos mais altos e nobres interesses da coletividade. E tanto existe esse entrosamento que a classe empresarial, além de públicas homenagens de apreço e reconhecimento, une-se ao Governador para uma Segunda Missão Econômica, que, a exemplo da primeira, percorrerá largo trecho do país, levando aos nossos irmãos do Sul, não apenas uma Mensagem de Esperança, mas uma Carta positiva de realizações que une o Pará ao esforço desenvolvimentista nacional.

Acradecendo as homenagens entusiásticas e eloquentes do empresário paraense, teve o Sr. Governador Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, tocado pela sinceridade e espontaneidade daquela ação coletiva, uma expressão que bem define o quadro ambiente e o clima em que vive o meu Estado na meta de novos horizontes. Disse o Governador: "Este entusiasmo esta, flama, este firme propósito dos empresários paraenses de lutar pelo desenvolvimento da região, é na verdade um entusiasmo contagiante".

De fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um entusiasmo contagiante que cerca a dinâmica atividade do governador paraense, enfrentando galhardamente a meta da fuga ao subdesenvolvimento, apesar dos percalços motivados pelo novo sistema econômico que limitou a capacidade arrecadora de Estados e Municípios.

Marca o segundo aniversário da administração do Tenente Coronel Alacid da Silva Nunes, longa série de realizações e inaugurações nos campos da Educação, da Energia, da Saúde, da Habitação, das Comunicações e do Bem-Estar Social na Capital e nos Municípios.

Permitam-se os nobres colegas alinhar em rápida exposição alguns melhoramentos e realizações que o segundo aniversário da atual administração paraense inaugura e entrega ao povo.

No campo educacional 11 novas escolas primárias somando 78 novas salas de aula, situadas duas na capital e as demais em municípios do interior.

Ainda beneficiando as populações da região bragantina, 1 ginásio com sete salas, localizado no município de

Capanema, sendo ainda inauguradas na Capital, novas instalações para o Ginásio "Avertano Rocha" na vila de Icoaraci.

Apesar das dificuldades financeiras do Estado pôde o Governador demonstrando o seu alto sentido de responsabilidade, melhorar consideravelmente as condições do ensino paraense, dotando-o de novas salas de aula

"ambiente" — declarou o Governador numa das inaugurações — "em que está o laboratório da formação moral de novas personalidades para o futuro do Pará".

Não menos proveitosa foi a atividade governamental no campo da energética, problema básico fundamental das regiões subdesenvolvidas. O projeto da linha de transmissão Belém-Castanhal foi um dos grandes pontos das realizações do atual Governador paraense eis que foi inaugurada a linha que conduz a energia excedente da Força e Luz de Belém a diversos municípios da região da antiga e hoje extinta Estrada de Ferro de Bragança, permitindo-lhes novo impulso de desenvolvimento no crescente progresso que nêles se registra. Foram ainda inaugurados nova Subestação da Força e Luz aumentando o abastecimento para a Vila de Icoaraci e Serviços de Luz com 8 municípios São Domingos do Capim, Inhangapi, São Caetano de Olivelas, Benevides, Ananindeua, Castanhal, Santarém Novo e Igarapé-Miri.

Não menos ativa é a atual administração no Campo da Saúde Pública que merece um desvelo especial do Governador. Nesse segundo aniversário de governo foram oferecidos à coletividade paraense a inauguração de 3 novos Postos Médicos totalmente equipados, e a marcante cerimônia da inauguração do Hospital Infantil, anexo ao Hospital dos Servidores do Estado, em Belém. É realmente a realização do Hospital Infantil obra digna de entusiasmo, com seus 70 leitos, com o equipamento mais moderno no gênero e destinado a atender a toda a população infantil de Belém.

A inauguração do 4º Setor do Departamento de Águas e Esgotos veio beneficiar a vários bairros de Belém, grandes e populosos.

Estão sendo, também, inaugurados 13 sistemas de abastecimento de água potável sendo um em Belém, na ilha de Cotijuba e 12 no interior nos municípios de Vigia, Santo Antônio de Tauá, São Caetano de Olivelas, Benevides, Ananindeua, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Magalhães Barata, Santarém Novo, Ourém, Irituia e Senador José Porfírio.

O problema da habitação encontra bem atento o Governador paraense, tanto que foram, agora, entregues 898 novas unidades residenciais na Capital paraense, sendo 64 no bairro do Curio, construídas pelo Montepio dos Servidores do Estado e destinadas aos funcionários estaduais e 834 no bairro da Nova Marambaia, 600 das quais construídas na administração do então Governador Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, pela Companhia de Habitação do Pará — COHAB, e destinadas a famílias pobres.

No campo da Assistência Social tivemos a inauguração do Centro de Recuperação e Triagem de Menores, em Belém, da Fundação do Bem-Estar Social.

Meritória tem sido a atividade administrativa no Campo das Comunicações. Estão sendo inauguradas centenas de quilômetros de estradas novas e recuperadas, figurando entre as inauguradas a importante rodovia Bragança-Vizeu, iniciada no Governo do Coronel Jarbas Passarinho, com uma ponte de 101 metros sobre o rio Piria, destacando-se ainda a inauguração de 5 pontes ao longo da estrada Piria-Vizeu.

Seria, talvez, fastidioso, para os nobres colegas enumerar todas as realizações do 2º aniversário do Governo do Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, cuja atividade dinâmica, infatigável se estende a todos os setores, quer inaugurando unidades residenciais construídas pelo Estado no interior, para uso de médicos, engenheiros, agrônomos, delegados e juizes, quer inaugurando diversos prédios novos para repartições estaduais e órgãos do Poder Judiciário, quer ainda inaugurando campos de pouso na Ilha de Cotijuba e no Município de Sôndos.

Como muito bem disse o Governador paraense, esse entusiasmo que anima os empresários e o povo paraense é contagiante. E é vibrando também com esse entusiasmo coletivo que ouso prender a atenção dos nobres colegas para o Estado que tenho a honra de representar. Fazendo-o, procuro através desta augusta tribuna afirmar aos nobres colegas, afirmar à Nação, que o Estado onde mais se fez sentir a ação do Governo revolucionário — o Pará — que teve como o primeiro Governador da Revolução o eminente Senador Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, e cujo benemérito Governo todo o Brasil reconheceu e aplaude, continua, sob a firme administração do Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, no mesmo impacto inicial de desenvolvimento e progresso, não frustrando as esperanças que o país deposita em meu Estado.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MILTON TRINDADE — Pois não.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. disse, ao iniciar seu discurso, que é um homem infenso aos pronunciamentos laudatórios.

Estou ouvindo não o inventário, mas o arrolamento do acervo do Governo paraense, na oportunidade em que comemora o seu segundo aniversário. Como homem da Amazônia, quero felicitar V. Exa. por poder trazer a esta Casa uma exposição em que demonstra que, de qualquer maneira, um Governo na região amazônica realizou algo em benefício do desenvolvimento regional. Creio que V. Exa. como correligionário do ilustre governador paraense, faz bem em trazer a esta Casa, e assim divulgar pelo Brasil todo, as obras já realizadas, as quais atestam que há um espírito de trabalho na terra de V. Exa. Como homem da Amazônia, sinto-me sempre animado toda vez que, em qualquer parte, se faz algo para o desenvolvimento da nossa região.

O SR. MILTON TRINDADE — Senador Edmundo Levi, o aparte de V. Exa. veio trazer a complementação que faltava ao meu modesto discurso. Muito obrigado.

O Sr. João Abrahão — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MILTON TRINDADE — Pois não.

O Sr. João Abrahão — Eu queria, embora V. Exa. tenha encerrado o seu pronunciamento, em aparte complementar cumprimentá-lo também, porque tenho tido oportunidade de visitar o Estado de V. Exa. e sentido a atuação eficiente do seu governador. Quero dizer: cumprimento V. Exa. e lamento que quanto a Goiás não possa dizer a mesma coisa, principalmente quando se comemora o segundo aniversário do Governo Revolucionário instalado em Goiás. Nesta ocasião, o Governador de Goiás se sentiu extremamente fraco diante da opinião pública de meu Estado e, não podendo fazer o que fez o Governo de V. Exa., fez o contrário. Gastou, numa autopromoção, comemorando esse segundo aniversário de Governo, duzentos milhões de cruzeiros em festas, banquetes, convocando a maioria dos Senhores Prefeitos para homena-

gear o Governo de Goiás. E lamentamos, ilustre colega Senador Trindade, que a revolução, que tanto tem lutado pela moralização dos costumes públicos, não veja o que está acontecendo em Goiás, quando a fome campeia, invade impiedosamente os lares humildes e assiste ao Governo de Goiás gastar numa auto-promoção, comemorando seu segundo aniversário, quase que duzentos milhões. São os órgãos públicos, as Centrais Elétricas, o Departamento Telefônico, finalmente, todos os órgãos que compõem o Governo de Goiás, que homenageiam o governador do Estado pelo seu segundo aniversário. De forma que queremos congratular-nos com V. Exa. pelo segundo aniversário de seu Governo e fazemos, nesta parte final de seu discurso, apelo às autoridades federais para que visitem Goiás e vejam quanto se gasta em auto-promoção do Governo Revolucionário, o que está, sem dúvida nenhuma, desmoralizando a revolução em Goiás. Congratulo-me com V. Exa. e com o Governador do seu Estado, porque visitei Belém e pude sentir o efeito que a Belém-Brasília tem proporcionado àquela região, assim como o trabalho que o Governador paraense está desenvolvendo. Lamentamos, assim, que nós, do Estado de Goiás, não possamos fazer o mesmo que V. Exa.

O SR. MILTON TRINDADE — Muito obrigado pelas palavras de V. Exa. no que toca ao Governo do meu Estado. (Muito bem — Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos
Lobão da Silveira
Clodomir Millet
Sebastião Archer
José Cândido
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Aurélio Vianna
Milton Campos
João Abrahão
Filinto Müller
Ney Braga
Adolpho Franco

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há ora dores inscritos.
Estão presentes 31 Senhores Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item I:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 135, de 167, (número 121-A-67, na Casa de origem), que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais, aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade (em regime de urgência, nos termos do artigo 326, número 5-0, do Regimento Interno, em virtude do requerimento número 20-68, de autoria do Senhor Senador Aarão Steinbruch, aprovada na sessão de 24 do mês passado), tendo Pareceres

SOBRE O PROJETO

Favoreáveis, das

Comissões:

(nº 51-68) — de Serviço Público

Civil: de Saúde

(nº 52-68) — de Saúde

C.R.A.L., proferido na Sessão de 29 de janeiro de 1968

— de Finanças e

ORAL, proferido na sessão de 2 de fevereiro de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, pela Constituição.

SOBRE AS EMENDAS

ORAIS, proferidos na sessão de 2 de fevereiro de 1968 das Comissões:

- de Constituição e Justiça — contrário.
- de Serviço Público Civil — favorável.
- de Saúde — Contrário
- de Finanças — contrário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 29 do mês passado, ocasião em que foram oferecidas as emendas de Plenário.

Figurou ainda na sessão de sexta-feira, dia 2 de corrente, quando deram parecer sobre as emendas as Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público Civil, Saúde e Finanças, deixando de ser votada por falta de "quorum" e incluída na Ordem do Dia de hoje.

A Presidência verificou que as emendas de Plenário visam apenas a estender aos funcionários do Distrito Federal os benefícios contidos no Projeto e que sobre elas não se pronunciou a Comissão específica, no caso a do Distrito Federal.

Embora haja "quorum", para votação, na sessão de hoje, é de toda a conveniência que o processo tenha sua tramitação no Plenário devidamente concluída e, assim, solicito o parecer da Comissão do Distrito Federal. Para isso dou a palavra ao nobre Senador Adolpho Franco, relator já designado.

O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão do Distrito Federal, acompanhando as de Constituição e Justiça, de Saúde e de Finanças desta Casa, emite também seu parecer contrário às emendas números 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara número 135-67.

Subscreve, assim, as razões aduzidas nos pareceres daquelas Comissões. E o parecer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Parecer da Comissão do Distrito Federal é contrário às emendas que forem apresentadas.

Não havendo "quorum" na sessão de hoje para votação, a matéria fica sobrestada, devendo retornar na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1968, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mamaguá, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo, no montante de DM, 115541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHF Mueller GmbH — Hamburgo (Alemanha Ocidental), (Projeto apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1968), tendo parecer favorável, sob número 19, de 1968, da Comissão.

A discussão foi encerrada na sessão anterior.

A votação fica adiada para a sessão anterior.

A votação fica adiada para a sessão de amanhã, por falta de quorum na de hoje.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Item 3:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto da Lei do Senado nº 32, de 1967, de autoria do Sr. Senador Duarte Filho, que autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para proteção da

indústria salineta, tendo Pareceres, sob números 11, 12 e 13 de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; Indústria e Comércio, favorável; Finanças (após audiência do Ministro da Indústria e Comércio), contrário (Voto com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna).

O projeto constou na Ordem do Dia da sessão de primeiro do corrente mês, sendo dela retirado em virtude de aprovação de requerimento de autoria do Sr. Senador Duarte Filho, de adiamento da discussão, a fim de ser feita na sessão de hoje.

Em discussão.

Tem a palavra o Sr. Senador Duarte Filho.

O SR. DUARTE FILHO:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, como sabe V. Exª e é do conhecimento de todos os Srs. Senadores, a indústria salineta do Brasil se assenta principalmente no Rio Grande do Norte. De todo sal consumido no País, 65% procede do meu Estado. E tem repercussão na economia do meu Estado, pois cerca de 25% de sua arrecadação procedem dos impostos cobrados pela exportação do sal para o interior do Brasil.

Sr. Presidente, filho de uma região salineta — a do triângulo Mossoró-Grossos-Areia Branca — impressionado pelas frequentes alagações provocadas por chuvas torrenciais em meu Estado, procurei estudar as causas das alagações e destruição das salinas, havida por ocasião dos grandes invernos. Assim é que, nos últimos 50 anos, assisti às destruições parciais ou totais das salinas de meu Estado em 1917 — 1924 — 1934 — 1951 — 1961 — 1965 e 1967, com graves repercussões na economia do Rio Grande do Norte e dos Municípios salineta.

Levado por esta opinião dos técnicos é que cusei apresentar ao Senado projeto determinando que a Comissão Executiva do Sal lançasse mão de cinquenta por cento do Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineta. Fundo este criado justamente para amparar essa indústria que, até então, nenhum benefício tinha gozado dos poderes públicos.

Apresentei este projeto na sessão de 1º de julho de 1967. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável, pelo Senhor Senador Carlos Lindenberg. A Comissão de Indústria e Comércio, pelo seu Relator, Senador Domicio Gondim, também deu parecer favorável ao referido projeto. Chegando à Comissão de Finanças, o Sr. Presidente mandou ouvir o Exmº Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ante que se pronunciasse sobre a matéria.

O Sr. Ministro respondeu, em ofício datado de 10 de outubro de 1967, ao pedido de informações do Sr. Presidente da Comissão de Finanças. Num dos tópicos desse ofício diz:

"Os recursos de desenvolvimento das indústrias salineta, criados pelo Decreto nº 55.842, de 16 de março de 1965, são suficientes para atender ao disposto na referida proposição, de vez que as disponibilidades já quase que foram totalmente aplicadas em benefício da indústria salineta."

Sr. Presidente, quando apresentei o meu projeto, não estabeleci o quantum para as obras de disciplinamento do Rio Mossoró. Pedi apenas que, do saldo do Fundo da Indústria Salineta, 50% fossem destinados ao estudo e, se possível, à concretização das obras de disciplinamento desse rio.

Por isso estranho que o Sr. Ministro, em seu ofício, venha dizer que os recursos são suficientes para atender ao disposto na referida proposição.

Diz, ainda: "a esse respeito, solicito a atenção de V. Exª para o Decreto número 61.365, de 5 de setembro último, que autoriza a aplicação de 1.500.000 cruzeiros novos, mediante convênio com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Brasil, na concessão de empréstimo a produtores do sal."

Ele diz que o dinheiro não existe, porque foi emprestado aos salineta para recuperação de suas salinas, destruídas com a enchente de 1967. Mas esse dinheiro voltou ao Fundo. O salineta, apenas, o tomou emprestado.

Sei disto, porque tomei parte na obtenção desses recursos para a recuperação das salinas deterioradas pelas enchentes. No entanto, o Sr. Ministro diz, aqui, que emprestou esse dinheiro. O Banco do Brasil é que teve a diligência de bloquear o crédito do Fundo de Desenvolvimento da Indústria do Sal, existente nesse Banco, para que ele pudesse emprestar aos industriais salineta. Não disse quanto existia no Fundo; disse, apenas que foram retirados 1.500.000 cruzeiros novos.

Esse Fundo foi criado com o lucro obtido da importação do sal estrangeiro — cerca de 8 milhões de cruzeiros novos. Foi esse o lucro obtido pelo ex-Instituto Brasileiro do Sal, nas operações de importação do sal.

Sr. Presidente, existe, ainda, no Fundo, certa quantia que o Sr. Ministro não quis declarar.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — O assunto que V. Exª traz ao conhecimento do Senado no dia de hoje, é da mais alta importância. A região do sul do Ceará até o Rio Grande do Norte é uma das melhores do mundo para a produção de sal. Portanto, qualquer auxílio que o Governo preste à produção de sal é rentável. Nessa região chove às vezes, menos de 900 milímetros por ano e como a ventilação é adequada propicia a excelente produção de sal. Além disso, se se fizer uma exploração conveniente da região poderemos retirar além do sal, potassa e magnésio. Tem V. Exª toda razão em trazer esse seu projeto ao Senado e de o defender "com unhas e dentes", porque, ele merece todo o nosso apoio. Aceite V. Exª, portanto, os nossos cumprimentos.

O SR. DUARTE FILHO — Muito obrigado, nobre Senador José Ermírio. Como muito bem disse V. Exª, a região compreendida entre o Rio Grande do Norte e o sul do Ceará se presta, como nenhuma outra, para a exploração do sal dadas as suas condições geológicas e geofísicas.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao assunto, queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para a resposta do ofício do Sr. Ministro Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Diz o Sr. Ministro que:

Por sua vez o Decreto nº 257, de 28 de fevereiro de 1967, que transformou o Instituto Brasileiro do Sal em Comissão Executiva veio impossibilitar a ajuda financeira direta daquele órgão à indústria salineta, sob qualquer modalidade, pois sua receita limita-se aos recursos do orçamento-programa, com destinação específica, não sendo aplicável em obras como as propostas no projeto em tela."

Sr. Presidente, não pedi que a Comissão Executiva do Sal promovesse ou custeasse as obras de disciplinamento do Rio Mossoró, e sim que, do Fundo do Sal, criado justamente para amparar a indústria salineta, fossem retirados recursos para atender aquele objetivo.

Ao formular o pedido, sabia, de antemão, que a Comissão Executiva do Sal não o atenderia. Tive conhe-

cimento, por intermédio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, de que esse Departamento, há dois anos, se prontificou a executar as obras possuindo inclusive máquinas, pessoal, somente não dispondo de combustível e lubrificantes.

O Instituto Brasileiro do Sal, naquela época dispunha dos recursos indispensáveis, ou seja, cerca de três milhões de cruzeiros novos, mas se recusou a colaborar com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Esta, Sr. Presidente, a razão de ter apresentado este projeto de lei ao Senado. Tem ele o sentido de fazer com que o Fundo do Sal destine parte do que possui, em depósito, no Banco do Brasil, para que, em convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento sejam realizadas as obras necessárias ao disciplinamento do Rio Mossoró, evitando-se, assim, as alagações frequentes, como acabo de relatar ao Senado, das salinas de meu Estado, trazendo sempre destruição, prejuízos incalculáveis e profundas repercussões na economia daquela unidade.

Por isto, Sr. Presidente, penso que a Comissão de Finanças, por seu Relator — Senador Fernando Corrêa, deu parecer contrário, até certo ponto louvável, porque se baseou no ofício do Ministro da Indústria e Comércio.

Quando o nobre colega me comunicou que havia dado parecer contrário, até me conformei, mas, relembrando o ofício do Ministro, notei que o documento, estava elavado de inverdades pois não pedira eu certa quantia para o disciplinamento do rio. Pedira, sim, a metade do que existia no Fundo do Desenvolvimento do Sal. Também não pedira ao Ministro, que a Comissão Executiva do Sal realizasse as obras. Absolutamente, não! Pedi que se fizesse convênio com o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, órgão capacitado para executar as referidas obras. Nada se fez ainda — como acabo de dizer — porque o então Presidente do Instituto Brasileiro do Sal não quis contribuir com o combustível e lubrificantes.

Expendendo estas razões, peço aos Srs. Senadores a aprovação deste projeto, que tem profunda repercussão na economia do meu Estado. Além disto evitará que o Brasil, de uma vez por outra, importe sal estrangeiro, gastando assim, as divisas que podem servir para outras finalidades.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Continua a discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra para discussão do Projeto, dou-a como encerrada.

A votação fica sobrestada para a próxima Ordem do Dia, amanhã, por falta de quorum na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

Sessão em 6 de fevereiro de 1968

(Terça-feira)

1

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1967 (nº 121-A-67, na Casa de origem) que concede aos servidores públicos da União e que lidam com Raios X ou substâncias radioativas, aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade (em regime de urgência nos termos do artigo 326, nº 5-C, do Regimento Inter-

CONGRESSO NACIONAL

PL-6-68 (CN) — Altera o parágrafo 4º, do artigo 12, do Decreto-lei nº 239, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Dias: 1, 2, 3, 5 e 6 de fevereiro de 1968.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas)

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Grupo Brasileiro

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se às dezessete horas de terça-feira, dia 6 do mês em curso, na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, para debater projeto que reforma os Estatutos. — A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1968, que autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul a contrair empréstimo externo, no montante de DM, 115.541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHF Mueller GmbH — Hamburgo (Alemanha Ocidental). (Projeto apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 18, de 1968), tendo Parecer Favorável, sob nº 19, de 1968 da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1967, de autoria do Sr. Senador Duarte Filho, que autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para proteção da indústria salinera, tendo

Pareceres, sob nºs 11, 12 e 13 de 1968, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável;

Indústria e Comércio, favorável;

Finanças (após audiência do Ministro da Indústria e Comércio)

contrário (voto com restrições do Sr. Senador Aurélio Vianna.)

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1967 (nº 698-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede reforma a militares asilados e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis sob nºs 942-A, de 1967 e 23, de 1968, das Comissões

— de Finanças e

— de Projetos do Executivo.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1968, que suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução das leis nºs 651 e 657, de 1956, do Município de Pelotas. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 30, de 1968.)

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1968 que suspende a execução do § 3º do artigo 8º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer número 32, de 1968.)

no, em virtude do Requerimento número 20-68, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, aprovado na sessão de 24 do mês passado), tendo

Pareceres

I — Sobre o Projeto:

Favoráveis, das Comissões:

(nº 51-68) — de Serviço Público Civil

(nº 52-68) — de Saúde

(oral, proferido na sessão de 29 de janeiro de 1968) — de Finanças e

(oral, proferido na sessão de 2 de fevereiro) — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

II — Sobre as Emendas:

(Orais, proferidos na sessão de 2 de fevereiro de 1968) das Comissões:

— de Constituição e Justiça — contrário;

— de Serviço Público Civil — favorável;

— de Saúde — contrário;

— de Finanças — contrário e

(oral, proferido na sessão de 5 de fevereiro de 1968)

— da Comissão do Distrito Federal

— contrário.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei número 1, de 1968 (CN) "Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do Sistema Rodoviário".

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 1968

As 21h 30m do dia 1 de fevereiro de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Ruy Carneiro, presentes os Senhores Senadores Atílio Fontana, Manoel Villaga, José Leitão, Júlio Leite Aarão Steinbruch, Alvaro Maia e Deputados Elias Carmo, Sinval Boaventura, Humberto Lucena, Nunes Leal, Arnaldo Prieto, Dayl de Almeida, Zaire Nunes, Ario Theodoro, Benedito Ferreira e Floriceno Paixão, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 1-68 (CN) — "Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Domicio Gondim, Celso Ramos, Arthur Virgilio, João Abrahão e Deputado Cicero Dantas.

E' aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica que, havendo número legal, está aberta a sessão, dando a palavra ao Senhor Deputado Elias Carmo para apresentar seu parecer.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica que está em discussão e vo-

tação o projeto e o parecer, pedindo aos Senhores Membros da Comissão que para melhor andamento dos trabalhos, sejam obedecidas as Normas Disciplinares aprovadas em reunião anterior.

Não havendo quem queira usar da palavra para discutir a matéria, passa-se à votação. Pela ordem, o Deputado Zaire Nunes pede a palavra para encaminhar a votação (notas taquigráficas anexas), concluindo por declarar que votará contra o projeto e, consequentemente, contra o parecer.

O projeto e o parecer são aprovados, salvo os destaques apresentados, vencido o Deputado Zaire Nunes.

O Senhor Presidente informa que vai se passar a discussão e votação dos destaques encaminhados à Mesa.

Em discussão e votação o destaque à emenda número 6, de autoria do Deputado Nicolau Tuma. Usam da palavra os Deputados Nicolau Tuma, Nunes Leal e Senador Atílio Fontana. Benedito Ferreira, Dayl de Almeida e na para encaminharem a votação. O Relator contradita as exposições feitas, mantendo seu parecer, e o Deputado Nunes Leal envia à Mesa uma subemenda à emenda em votação. O Senhor Presidente comunica que irá pôr em votação, preliminarmente, o pedido de destaque. Se este for rejeitado, a subemenda ficará prejudicada. O destaque é rejeitado por oito votos contra três, votando contra o destaque ressalvada a subemenda, os Deputados Nunes Leal e Dayl de Almeida.

Em discussão e votação o destaque à emenda número 7, de autoria do Deputado Humberto Lucena. Usa da palavra para encaminhar a votação o seu autor, que envia à Mesa uma subemenda à citada emenda. Em votação, são rejeitados o destaque e a subemenda por oito votos contra cinco.

O destaque à emenda número oito é retirado por seu autor, Deputado Humberto Lucena, em face da sua aprovação pelo Relator.

Em discussão e votação o destaque à emenda número 9. Para encaminhar a votação usam da palavra o seu autor, Deputado Nicolau Tuma e mais os Deputados Floriceno Paixão, Benedito Ferreira, Zaire Nunes Humberto Lucena e Senador Atílio Fontana, que são contraditados pelo Deputado Elias Carmo, Relator do Projeto. O Deputado Benedito Ferreira e o Senador Atílio Fontana enviam à Mesa subemendas à emenda em discussão, que tomam os números 1 e 2. As subemendas são aprovadas por dez votos contra cinco, vencido o Deputado Elias Carmo, conforme notas taquigráficas anexas.

Em discussão e votação o destaque para a emenda número 12, de autoria do Deputado Humberto Lucena. E' rejeitado o destaque por onze votos contra quatro.

Em discussão e votação o destaque do Deputado Humberto Lucena para a emenda número 13. Usam da palavra para encaminhar a votação os Deputados Humberto Lucena, Zaire Nunes Alípio Carvalho, Arnaldo Prieto e Nunes Leal e o Senador José Lei-

te, que são contraditados pelo Senhor Relator, Deputado Elias Carmo. O Deputado Humberto Lucena encaminha à Mesa uma subemenda à emenda em votação.

Pela ordem, o Deputado Alípio de Carvalho, como autor da emenda número 11, correlata à de número 13 acima mencionada, solicita a palavra para encaminhar a votação do seu destaque, não o tendo feito antes por ter concordado com o Deputado Humberto Lucena que a de número 13 entrasse em primeiro lugar. Com a palavra o Deputado Alípio Carvalho encaminha a votação da sua emenda e remete à Mesa uma subemenda à mesma, que tomou o número 4.

Como as emendas números 11 e 13 são quase idênticas, assim como as subemendas remetidas à Mesa, e com o acôrdo do Deputado Alípio Carvalho, o Senhor Presidente anuncia que irá pôr em votação, preliminarmente, a subemenda número 3, do Deputado Humberto Lucena. Se aprovada esta, a subemenda número 4, do Deputado Alípio Carvalho, ficará prejudicada. Com a aprovação unânime da Comissão assim se procede, sendo aprovada a subemenda número 3 por dez votos contra quatro, vencido o Deputado Elias Carmo que vota contra a emenda e a subemenda por entender que a matéria não deve ser discutida no momento (Notas taquigráficas anexas).

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

M E M B R O S

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Martins — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Vitorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Carlete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Kauê Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domício Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Sec. — Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 16.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilela
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domício Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A
TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimaraes
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A
TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A
TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A
TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antonio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A
TITULARES

Teotônio Villela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimaraes
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimaraes
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A
TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A
TITULARES

Paulo Torres
José Guimaraes
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcellos Torres
Vice-Presidente: Arnou de Mello**A R E N A****TITULARES**
Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnou de Mello
Aulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**
José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgilio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**
José Leite
Celso Ramos
Arnou de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**
José Guimard
Petrônio Portela
Domicio Gondim
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**
José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobato da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

Oscar Passos